

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO  
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE  
CURSO DE HISTÓRIA

Ricardo Felipe Gauer

**UMA VISÃO SOBRE AS “DIRETAS JÁ” ATRAVÉS DO JORNAL *A*  
*TRIBUNA* (1983-1984)**

Passo Fundo/RS

2024

Ricardo Felipe Gauer

**UMA VISÃO SOBRE AS “DIRETAS JÁ” ATRAVÉS DO JORNAL *A TRIBUNA* (1983-1984)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em História.

Orientador:

Prof. Marcelo Marcon

Passo Fundo/RS

2024

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a todos que ajudaram a concluir este trabalho de conclusão de curso. Esta jornada acadêmica foi enriquecedora e cheia de aprendizado, e tudo isso foi possível graças à ajuda inestimável de várias pessoas. Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha gratidão à Universidade de Passo Fundo, que ofereceu um ambiente estimulante para o crescimento acadêmico. A estrutura, os recursos e o comprometimento com a excelência educacional foram muito importantes para minha formação. A experiência que tive aqui ajudou muito em meu crescimento pessoal e ajudará no meu profissional.

Minha gratidão aos professores da faculdade por suas aulas inspiradoras, pelo incentivo constante à pesquisa e pelo compartilhamento generoso de informações. Cada um de vocês desempenhou um papel essencial no meu percurso acadêmico, servindo como fonte de inspiração e referência em suas respectivas áreas de especialização. Meus sinceros agradecimentos são dirigidos ao Prof.Dr. Marcelo Marcon, que foi meu orientador. Suas habilidades, paciência e orientação foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua ajuda e conselhos foram essenciais para melhorar meu TCC e meu progresso acadêmico. Não poderia deixar de agradecer ao professor Dr. Alessandro Batistella que aceitou o convite de ser avaliadora desta banca.

Agradeço também à minha família, pilar fundamental em minha trajetória. À memória do meu pai, Paulo Darci Gauer, cujo apoio e exemplo de dedicação deixam saudades, e à minha mãe, Judite Gehlen Gauer, que desempenhou um papel crucial para que terminasse o curso. Sua constante inspiração e suporte foram fundamentais, tornando possível a superação de desafios e a realização deste sonho acadêmico.

Além dos agradecimentos anteriores, gostaria de expressar minha gratidão sincera a Ana Caroline Vanzetto, que esteve ao meu lado de forma incondicional durante todo o processo de elaboração deste trabalho de conclusão de curso. Os momentos difíceis desta jornada acadêmica foram iluminados por sua presença constante, apoio e compreensão. Minha perseverança e motivação foram alimentadas por seu amor, paciência e incentivo. Sua presença ajudou a equilibrar os prazos apertados, as noites e fins de semana de estudo e os desafios acadêmicos, tornando cada passo mais fácil.

Meu sincero agradecimento aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado, fornecendo apoio emocional e encorajamento nos momentos mais difíceis. Embora ainda haja um longo caminho a percorrer, cada obstáculo enfrentado foi uma chance de melhorar.

Agradeço a todos que contribuíram para meu crescimento acadêmico e pessoal por meio dessa trajetória.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Direta ou indireta?.....	20
Figura 2 – Figura 2: Diretas... Plante essa ideia.....	27
Figura 3 –Praça da Sé.....	29
Figura 4 – Consulado brasileiro em Nova Iorque .....	37
Figura 5 – Estudantes saíram às ruas para protestar contra a rejeição da emenda das diretas. 40	

## SIGLAS

DCDP -Divisão de Censura de Diversões Públicas

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DOI-CODI -Destacamento de Operações de Informação

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PCdoB- Partido Comunista do Brasil

PDS- Partido Democrático Social

PMDB – Partido Do Movimento Democrático Brasileiro

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PDT- Partido Democrático Trabalhista

SNI -O Serviço Nacional de Informações

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>1 O INÍCIO DAS DIRETAS JÁ SOB O OLHAR DO JORNAL A TRIBUNA.....</b>	<b>18</b>
1.1 ABORDAGEM EDITORIAL DE NOVEMBRO SOBRE AS DIRETAS JÁ.....	18
1.2 “QUE MUDEM OS HOMENS”: ABORDAGEM EDITORIAL DO MÊS DE DEZEMBRO SOBRE AS DIRETAS JÁ!.....	21
<b>2. “VAMOS PARA FRENTE E PARA O TRIUNFO! ” ABORDAGEM EDITORIAL DO MESES DE JANEIRO À MARÇO SOBRE AS DIRETAS JÁ!.....</b>	<b>25</b>
2.1 ABORDAGEM EDITORIAL DO MÊS DE JANEIRO SOBRE AS DIRETAS JÁ!.....	25
2.2 ABORDAGEM EDITORIAL DO MÊS DE FEVEREIRO SOBRE AS DIRETAS JÁ!.....	30
2.3 ABORDAGEM EDITORIAL DO MÊS DE MARÇO SOBRE AS DIRETAS JÁ!.....	32
<b>3 A DERROTA DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA E LEGADO DA DIRETAS-JÁ: DISCURSO DE A TRIBUNA .....</b>	<b>35</b>
3.1 O MÊS DA DECISÃO .....	35
3.2 O MOVIMENTO DIRETAS JÁ, DEIXA SEU LEGADO.....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>49</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>50</b>

## INTRODUÇÃO

A análise dos discursos veiculados na imprensa é fundamental para compreendermos não apenas os acontecimentos históricos, mas também as representações e interpretações que foram construídas em determinados contextos. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo central analisar os discursos publicados no jornal *A Tribuna* sobre o movimento das Diretas Já, que marcou o período político brasileiro, especificamente nos meses de novembro do ano de 1983 ao mês de abril do ano seguinte. A partir dessa temática, nos propomos a responder a seguinte pergunta: Como o jornal *A Tribuna* abordou o movimento das Diretas Já (1983-1984) em seus discursos e qual foi a sua posição e influência nesse contexto político específico?

Deste modo, partindo do pressuposto de que os jornais não são meios meramente contadores de história, mas construtores de significados e interpretações, acredita-se que os discursos noticiados pelo jornal *A Tribuna* durante o período das Diretas Já, refletem não apenas o conteúdo textual relacionado a fatos ocorridos, mas também as visões e posicionamentos políticos e ideológicos daquela época. Como base para a realização desta pesquisa, serão utilizadas fontes primárias como edições do jornal *A Tribuna*, documentos históricos referentes ao movimento das Diretas Já, e fontes secundárias que abordem a história política brasileira numa perspectiva da década de 1980 e do trato da imprensa com a História. A metodologia empregada será a Análise do Discurso, para a busca pelos diferentes discursos que o jornal *A Tribuna* emitia acerca das Diretas Já.

O presente projeto tem como objetivo analisar o processo das Diretas Já (1983-1984) a partir do jornal digital *A Tribuna*, periódico fundado em 1894 na cidade de Santos em São Paulo. O jornal está entre os mais tradicionais do país e, desde 1996, está disponível também no formato on-line. *A Tribuna* possui uma trajetória consolidada na história regional (QUERINO, 2022).

Durante o Estado Novo (1937-1945), foi criado o órgão Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que era responsável por difundir a ideologia do regime através da propaganda política e a regulação da imprensa. As características desse órgão foram mantidas pós-golpe de 1964. O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela Lei N° 4.341, de 13 de junho de 1964 (BRASIL, 2022), era um órgão de coleta de informações, trabalhava na formulação de diretrizes para elaboração de estratégias no âmbito da Presidência da República.

A historiografia sobre o golpe de 1964 possui diferentes perspectivas, mas de maneira geral, a concepção acerca do início do movimento se dá com a queda de João Goulart (1961-1964) como vice de Jânio Quadros, que não agradou a população com suas medidas, sendo algumas delas o congelamento de salários, desvalorização do cruzeiro (moeda de época). Sua renúncia veio em 25 de agosto de 1961, com Jango assumindo o cargo de presidente, enfrentando muita opressão daqueles que eram contrários ao seu cargo, pois era apontado como comunista devido a sua passagem pelo Ministério do Trabalho, durante o governo Vargas.

O cenário político foi marcado por uma rebelião liderada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, apoiado por parte do Exército nacional, principalmente do III Exército, que exigia o estrito cumprimento da Constituição. A população se mobilizou rapidamente em apoio à posse do vice-presidente de acordo com as diretrizes constitucionais. Enquanto isso, os negociadores no parlamento buscavam uma solução institucional para a crise iminente. Foi então proposta a adoção do sistema parlamentarista, que foi aprovado em apenas oito dias pela Emenda Constitucional nº 4 de 2.9.61, conhecida como Ato Adicional, e que redefiniu o modelo de governo. Apesar das discordâncias de Brizola, Jango aceitou assumir a presidência sob as condições estabelecidas pelo sistema parlamentarista. Em 1963 Jango recupera seus poderes e os movimentos sociais ganham força por todo o país. (SILVA, J. p.21, 1990) Essa mudança resultou na redução dos poderes do Presidente da República, o que foi aceito pelos ministros militares em troca do reconhecimento da posse de Jango.

Em 1937, com a implantação da ditadura varguista, estabeleceu-se o anticomunismo como um dos principais fundamentos ideológicos do novo regime. Esse período se caracterizou pela vigilância intensa sobre os comunistas ainda em liberdade e por uma propaganda incisiva contra os "vermelhos", utilizadas para justificar as medidas repressivas e consolidar o poder autoritário. (MOTTA, 2000)

A farsa criada em cima do perigo comunista, especialmente entre os conservadores, de que a Intentona comunista ameaçava seriamente a estrutura social e política existente. Esses eventos ajudaram grupos influentes da sociedade brasileira a aceitar e apoiar o regime ditatorial, acreditando que a repressão e a propaganda anticomunista eram necessárias para manter a estabilidade e a segurança do país. (MOTTA, 2000)

Em 1964, os oficiais das Forças Armadas – especialmente o general Humberto de Alencar Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro – manifestavam-se cada vez mais sobre “os perigos do comunismo”. Uma parcial insatisfação civil e a revolta das bases militares foram fatores primordiais para a instabilidade do governo. (COSTA, 2015).

Com a deposição do presidente João Goulart, o golpe iniciou dia 31 de março de 1964, instituindo uma ditadura militar que perdurou até o ano de 1985, estabelecendo a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição aos opositores do regime.

Durante o governo militar brasileiro, o Estado também exerceu a censura moral sobre as manifestações culturais e artísticas consideradas moralmente inaceitáveis. A Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) era responsável por avaliar e proibir obras de teatro, filmes e programas de televisão, entre outras, que fossem consideradas contra os "bons costumes" e a moral da época. Essa forma de censura tinha como objetivo controlar a produção cultural e artística, limitando a liberdade de expressão e reprimindo conteúdo que pudesse ser considerado subversivo ou contra os interesses do regime militar. A censura moral foi uma ferramenta utilizada para manter a ordem e a ideologia predominantes, limitando a variedade de ideias e opiniões na sociedade. (FICO, 2002, p.258)

A censura na ditadura militar atuou com meios de repressão e intimidação aos veículos de imprensa, onde os órgãos fiscalizadores determinavam quais conteúdos o leitor poderia ter acesso, coagindo com perseguições a jornalistas, prisões e torturas. Ainda, existia retaliação contra bancas de jornais, havendo apreensões das revistas/jornais e prisão dos vendedores (GREENHALGH, 2020, p.02).

O Ato Institucional nº 2 (AI-2), promulgado em 1965, pode ser considerado a transição de um governo que inicialmente parecia transitório para um regime autoritário mais consistente e duradouro. Ao analisarmos com Napolitano em seu livro, o AI-2 representou o fim de uma relação amorosa entre os militares e políticos conservadores que apoiaram o golpe de 1964, mas que queriam manter seus interesses partidários e eleitorais. (NAPOLITANO, 2014, p.79).

O AI-2 aumentou significativamente os poderes do presidente da República em várias áreas, como matérias constitucionais, legislativas e orçamentárias. O presidente podia fechar o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores, intervir nos estados, cassar deputados e suspender os direitos dos cidadãos por dez anos. Ele também podia decretar estado de sítio por até 180 dias. A ampliação de poder do Executivo tornou-o quase absoluto no governo brasileiro, permitindo ao presidente tomar decisões unilaterais e eliminar qualquer oposição. (NAPOLITANO, 2014, p.79).

Já em 1968, com a edição do AI-5 (decreto emitido pela Ditadura Militar durante o governo de Arthur da Costa e Silva (1967 – 1969), que era utilizado como ferramenta de intimidação à oposição) houve uma intensificação da censura, os governos de Costa e Silva e de Médici (1969-1974), intensificaram a censura, sem admiti-la. A censura de imprensa era

conhecida como “censura prévia”, outra modalidade conhecida pelo governo como “proibições determinadas”, transmitidas aos jornais por escrito ou por telefone. No caso dos escritos, eram conhecidos como “bilhetinho” (FICO, 2002, p 253). Segue o autor,

Kushnir, toda a censura é um ato político, independentemente de visar a questões morais ou a temas explicitamente políticos. Do nosso ponto de vista, é possível distinguir a dimensão moral e a dimensão estritamente política seja na censura da imprensa, seja na censura de diversões públicas. (FICO, 2002, p. 258)

A censura exercida pelo DCDP (Divisão de Censura de Diversões Públicas), órgão criado no ano de 1972, era exercida em diferentes níveis, sendo o primeiro a censura prévia e o outro punitivo (processos judiciais), que atuava juntamente com a ala radical do exército e exercida também pela polícia (GREENHALGH, 2020, p.5). O uso da censura para diversões públicas, especificamente o político, era tratado de maneira sigilosa e causava desconforto aos censores da DCDP, enquanto a censura moral, era assumida com orgulho pela Divisão, a mesma já era conhecida pelo público (FICO, 2002, p 259).

Os donos de jornais temiam represálias dos órgãos de repressão e também do governo central. O assassinato do jornalista Vladimir Herzog, sob tortura, no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação) no ano de 1975, colocou os jornalistas num movimento de grande envolvimento popular, envolvendo personalidades de esquerda, centro e conservadores. A crise política assume a forma manifesta de uma crise do espaço público, das liberdades públicas e individuais, principalmente dos jornalistas, tendo como mártir um jornalista. (KUCINSKI, 2001, p 57).

Durante a fase final da censura prévia, foi adotado selo comum de registro da presença de censura. Durante a fase de terror sofrida contra as bancas de jornais, em 1980, formaram-se os “comitês de defesa dos jornais ameaçados” com a finalidade de dar suporte aqueles jornaleiros. (KUCINSKI, 2001, p 61).

O Brasil passou por uma crise durante a década de 1980, cujas causas remontam ao modelo de desenvolvimento estabelecido na década anterior, focado no crescimento econômico e na substituição de importações. Como resultado dessas políticas, o país aumentou significativamente seu endividamento externo para financiar seu crescimento. O segundo choque do petróleo em 1979 e o aumento das taxas de juros internacionais agravaram

a crise, todos os quais afetaram negativamente a economia brasileira. (OMETO; FURTUOSO; SILVA, 1995).

Além disso, a inflação brasileira aumentou devido ao aumento das taxas de juros, o que aumentou os custos de produção e piorou as contas públicas. A combinação desses elementos levou a uma crise econômica profunda marcada por dificuldades estruturais, alta inflação e instabilidade financeira, que teve um impacto significativo no crescimento econômico do país na década de 1980.

No ano de 1984, ocorreu o movimento pelas eleições diretas para presidente da República. As Diretas Já, como ficou conhecido este movimento, contava com partições de diversas camadas da sociedade, com o ponto central, a defesa de eleições presidenciais diretas.

A reivindicação por eleições diretas fazia parte do contexto de transição da ditadura militar para a democracia, finalizado em 1989. Este processo teve início com a crise econômica vivida a partir de 1973, quando era visível não só o considerável desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil do final da década de 60, como também suas consequências: aumento da desigualdade social e da concentração de renda e o êxodo rural. (PIRES, p.32)

A Campanha das Diretas Já emergiu em torno da emenda constitucional por eleições presidenciais diretas apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB) em 02 de março de 1983. Em junho daquele ano, foi formada uma Frente suprapartidária, destacando-se os partidos do Partido Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), para promover a campanha em nível nacional, mas as Diretas-já eclodiu em janeiro de 1984, nos comícios realizados em Curitiba e São Paulo. (PIRES, p.34). O Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), também contribuíram para o movimento, embora ilegais naquela época.

A mídia teve destacado papel na campanha das Diretas-já. Desde o início do processo político, grande parte da mídia apoiou a abertura dirigida pelo governo. A imprensa escrita que dava mais destaque aos comícios no início, mas com o crescimento do movimento e das manifestações, as redes de televisão tiveram que rever os boicotes à campanha.

Retomando nossa proposta, com a pesquisa por meio de fonte jornalística, busca-se identificar se houve um antagonismo exercido pela imprensa, representado pelo jornal *A Tribuna*, a fim de entender como ela esteve presente durante o período ditatorial, bem como

sua atuação como grupo. Com isso, propõe-se estudar o contexto político da década de 80, especificamente no estado de São Paulo.

A recorrência de escritas sobre a imprensa brasileira durante o período da ditadura militar é numerosa. No entanto, a análise central de jornais durante as *Diretas Já* ainda é pouco explorada pela historiografia. Nesse sentido, a pesquisa justifica-se por contribuir com a historiografia, a partir do tema proposto.

O interesse em discutir História Política vem crescendo nas últimas décadas, em um novo arranjo de modalidades e abordagens históricas. Artigos que discutem o assunto dentro da historiografia já não são tão raros, especificamente no Brasil, essa abordagem acabou ganhando novos espaços, atingindo até a historiografia internacional.

Do ponto de vista historiográfico, a política era um fator chave a ser considerado pelos historiadores. Um dos grandes exemplos que propuseram a discussão sobre a história política recente foi Jacques Le Goff no ano de 1972, que lançava uma instigante pergunta: “A política será ainda a ossatura da História?”, que buscava traçar um panorama à renovação da história política.

A partir dos anos de 1980, a História Política tem o foco no “Poder”, (essa palavra estabeleceu um limite entre a História Política clássica do século XIX e a Nova História Política do século XX), no qual principalmente estariam envolvidos em mecanismos de imposição, Barros complementa que esses mecanismos incluíam o uso político dos sistemas de representações, os poderes exercidos através da palavra e dos discursos, e assim por diante. Barros ainda acrescenta que, a preocupação dessa nova política girou em torno do indivíduo comum e que por isto mesmo pode se mostrar como o portador de indícios que dizem respeito ao social mais amplo (BARROS, 2015).

Os historiadores políticos ao longo do tempo começaram a perceber que o poder não se restringe estritamente ao aparato governamental ou às classes dominantes, começaram a investigar os 'discursos' e as 'representações' que moldam a política, indo além das instituições de governo e das elites (BARROS, 2009). Essa nova abordagem amplia o escopo de estudo da história política, visando entender como o poder é exercido e influencia as interações diárias e as perspectivas das pessoas. Em suma, trata-se de uma expansão do campo da história política, que considera uma variedade mais ampla de influências políticas.

Nas últimas décadas do século XX surgiu outro campo que se relacionava com a História Política, a chamada História do Discurso. As palavras de “poder” e “discurso” constituíram novas relações à partir disso, levando a reflexões teóricas e filosóficas que transcendem as definições de “poder”. (BARROS, 2009).

Para trabalhar com a análise do discurso, o historiador tende a ter uma tarefa de complexidade. A busca por estratégias que visam compreender como a sociedade se reflete no discurso, até estratégias que procuram entender como a sociedade usa e influencia o discurso. Ao realizar uma análise de discurso, muitas coisas são levadas em consideração. Isso inclui elementos linguísticos, recursos discursivos e contextos de produção e recepção do discurso. É fundamental identificar os interlocutores, o público-alvo e as motivações do discurso.

A partir do século XX, especificamente nos anos finais do golpe militar, grandes mobilizações populares abarrotaram as cidades brasileiras, enaltecendo o anseio do povo brasileiro que buscava por transformações significativas dentro do contexto político da época.

Ao longo dos anos 1970 o governo Geisel (1974-1979) dá início ao projeto de liberalização do regime militar, que tinha o objetivo de estabelecer as bases para uma transição supervisionada, com o propósito de atenuar os perigos de setores mais rígidos dentro do regime e gerenciar grupos de esquerda. Já neste período vemos um aumento na adoção de autocensura por parte dos meios de comunicação. Nesse sentido, a liberdade de imprensa acabou se tornando uma forma de proteção defendida pelo presidente Geisel contra a influência crescente da extrema direita, que buscava ganhar poder. (MUNIZ, 2009, p.5)

Nos anos de 1983, se iniciava de forma modesta a campanha pelas Diretas Já, ganhando força em 1984, respaldada por uma inovadora rede de movimentos populares urbanos e partidos que se opunham ao governo federal. Assim, a promoção das eleições diretas solidificou uma aliança entre políticos experientes, provenientes da geração que enfrentou o período autoritário, e uma nova geração que desempenhou um papel crucial na fundação do PT. Essa união se beneficiou da coragem dos jovens e da astúcia daqueles que cresceram na atmosfera política pré-1964 e resistiram aos longos anos de autoritarismo. Nesse intervalo que iniciou no ano de 1983, quando cinco mil pessoas ergueram a bandeira "Diretas Já" no Ginásio Popular de Goiânia, até o dia 16 de abril de 1984, quando o PT organizou a primeira manifestação pública diante do estádio do Pacaembu, em São Paulo, mais de um milhão de indivíduos se congregaram no Vale do Anhangabaú, também na cidade de São Paulo. (DELGADO, 2007).

Foi durante o mês de abril de 1984, após a deposição do presidente João Goulart e da implementação de um regime autoritário no Brasil, que os movimentos populares se intensificaram, com o grito "Diretas Já". Esse movimento intitulado como "campanha pelas diretas já" alocou diversos partidos que faziam frente de oposição ao regime militar, movimento esse que girava em torno de eleições diretas para presidência da República.

As mobilizações populares se converteram em celebrações cívicas, permeadas de otimismo e embelezadas por uma variedade de bandeiras coloridas. Diversos políticos uniram-se em torno do movimento, alguns nomes que se destacaram foram: Dante de Oliveira, Luís Inácio da Silva, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Franco Montoro, Tancredo Neves e Ulysses Guimarães. (DELGADO, 2007).

Além dos gritos de “Diretas Já”, praças foram tomadas com a população vestida de verde e amarelo, além do uso de cartazes e faixas que coloriram as ruas e avenidas. Foram ouvidos gritos com as seguintes frases:

“Presidente, quem escolhe é a gente. ”

“Eu quero votar para presidente. ”

“Vai raiar a liberdade nas diretas do Brasil. ”

“Povo soberano elege o presidente”

A campanha das Diretas Já teve como principal atuante o deputado Dante de Oliveira pelo PMDB do Mato Grosso. A emenda Dante de Oliveira como também foi conhecida, foi posta em votação no dia 25 de abril de 1984 pela Câmara Federal tendo seu resultado publicado na madrugada do dia 26. Não alcançou votos suficientes junto aos parlamentares, que votaram contra a emenda. Foram 298 votos a favor, 65 contra, 113 deputados ausentes e 3 abstenções. Faltaram 22 votos para alcançar o quórum qualificado de 2/3 estabelecido para aprovação de emendas constitucionais. (DELGADO, 2007). Por determinação do governo federal, as emissoras de TV e rádio foram proibidas de transmitir ao vivo a votação da emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. Com isso, a população se viu obrigada a acompanhar a votação por boletins de imprensa e também por meio de placas colocadas em praças públicas, as placas levavam o registro do voto de cada deputado. (DELGADO, 2007,p. 425)

Mesmo não tendo o resultado esperado, a emenda de Dante de Oliveira atraiu novos seguidores, despertando um novo sentimento na sociedade brasileira. Sendo assim, a derrota não significou um encerramento da luta pela democracia. O episódio fortaleceu a conscientização política de muitos brasileiros e ampliou a participação da sociedade civil no debate político. Novas iniciativas foram levantadas em defesa dos interesses públicos,

algumas consequências desse período incluíram as eleições indiretas e a eleição de Tancredo Neves, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e as eleições presidenciais de 1989.

A emenda abriu caminho para a realização de eleições diretas para a presidência em 1989, marcando um momento crucial na história política do Brasil. Fernando Collor de Mello venceu aquelas eleições, tornando-se o primeiro presidente eleito diretamente após o período da ditadura militar.

Neste trabalho, utilizamos a imprensa como fonte e objeto de estudo. No livro “História do Novo Mundo” do autor Girolamo Benzoni, ressalta como os jornais e as publicações impressas são testemunhas contemporâneas, abrindo uma janela para o passado que permite a análise de eventos. No entanto, a análise crítica é essencial ao usar o jornal como fonte histórica, visto que, a imprensa pode estar sujeita a tendenciosidades.

De acordo com a afirmação de Barbosa (BARBOSA, 2006, p.226) , estudar a imprensa como fonte histórica é entender que a reação da imprensa venha a ser diversificada no decorrer dos anos de regime e pós regime militar. Durante os anos de 1960 e 1970 que o efeito discursivo da imprensa com pressupostos de “defensores do bem comum e dos anseios da população de maneira geral” buscariam ampliar seu lugar de poder. (BARBOSA, 2006, p.230).

Barbosa ainda cita que, no Brasil, a imprensa sempre esteve ao lado de figuras governamentais a ponto de ter uma “relação simbiótica com a política, ocupando lugar central em muitos episódios decisivos da história do país. ” (BARBOSA, 2006, p.226). A utilização desta fonte tem início no século XX, especificamente com os Annales, quando passou a existir um interesse por novas fontes de pesquisa e novas formas de reconstruir o passado. Maria do Carmo Pinto Arana de Aguiar ainda destaca que:

O estudo da imprensa vem se constituindo num dos elementos fundamentais para a reconstrução da história, que através do seu intermédio pode aproximar-se das práticas políticas, econômicas, sociais e ideológicas dentro dos diversos setores que compõem uma sociedade de forma dinâmica. Dessa maneira a imprensa tornou-se uma fonte rica e diversificada de conhecimentos, não apenas para construção de uma história da imprensa, mas abrindo a historiografia para outras possibilidades de estudo fugindo assim da historiografia tradicional.

A imprensa constitui uma realidade específica com formas próprias, com sua escrita pessoal ligada ao modo de produção jornalístico, que atinge os leitores através da escrita no formato de manchetes, artigos etc. Tania Regina de Luca escreve que ainda na década de

1970, o uso do jornal como fonte para o conhecimento da história no Brasil ainda era relativamente pequeno. Seu uso ainda não era confiável pois não tinham um critério de neutralidade, objetividade e até mesmo de credibilidade. ” (DE LUCA, 2005. P.111).

De Luca apresenta a ideia de que fontes de imprensa não são neutras, pois decorrem de ações humanas distorcidas ou manipuladas pelos meios de comunicação. Isso implica na responsabilidade do historiador em compreender a influência do viés ou da manipulação na construção da narrativa histórica, bem como considerar as condições sociais, eventos e interesses que moldaram a forma como os eventos foram retratados na mídia.

Dessa forma, a imprensa abriu um novo caminho para o estudo histórico, tornando-se uma fonte rica de informações em diversos campos e ampliando as possibilidades da historiografia. No entanto, é crucial abordar essas fontes com sensibilidade crítica, reconhecendo que a imprensa pode ser influenciada por interesses e vieses. É fundamental questionar a objetividade e a intencionalidade dos discursos presentes nos jornais. Além disso, é essencial identificar claramente os autores, editores e demais fontes citadas nas notícias para avaliar a credibilidade e a confiabilidade das informações.

A pesquisa gira em torno da imprensa durante os anos de 1980, anos de ditadura e da censura. Alguns veículos e jornalistas mantiveram uma postura crítica em relação ao governo, arriscando a serem perseguidos, detidos ou ameaçados. Além disso, os veículos de imprensa tiveram que enfrentar desafios para divulgar informações contrárias ao regime. A resistência à censura e a busca pela liberdade de expressão formaram pilares essenciais para a mobilização da sociedade civil e, eventualmente, para o movimento que culminou no processo de redemocratização nos anos 1980.

A fonte para realização de pesquisa encontra-se no site da Hemeroteca Digital. O site possui o maior número de ocorrências sobre as “Diretas Já” do jornal *A Tribuna –SP* desde sua fundação em 1894, na cidade de Santos em São Paulo e desde 1996 também no formato online. A partir daí, será feita uma investigação a partir do recorte temporal através da localização do estado de São Paulo a fim de sistematização dos fatos e do problema de pesquisa.

O jornal *A Tribuna* foi escolhido para esta pesquisa porque teve um grande impacto e relevância na política brasileira durante o período da campanha pelas Diretas Já. Com sua grande difusão e influência na opinião pública, *A Tribuna* foi muito importante para informar e cobrir os eventos relacionados à luta pela redemocratização do Brasil. Além disso, em comparação com outros jornais, o jornal publicou teve mais ocorrências na Hemeroteca Digital sobre o movimento.

Portanto, a pesquisa irá consistir na leitura das edições do jornal digital *A Tribuna* entre 1983-1984, procurando por notícias e notas sobre as Diretas Já. *A Tribuna* foi fundada em 26 de março de 1894, e ao longo do tempo o jornal foi se expandindo formando o Grupo Tribuna, com o lançamento da Rádio *A Tribuna*, em 1961, e da TV Tribuna, em 1992, emissora do Sistema *A Tribuna* de Comunicação e afiliada da Rede Globo e em 1996 foi lançado seu site [atribuna.com.br](http://atribuna.com.br). Um dos periódicos impressos mais antigos do Brasil, *A Tribuna* teve seu início com a chegada do jornalista maranhense Olímpio Lima. Ao chegar em Santos, ele adquiriu o semanário ‘A Tribuninha’ e o renomeou para Tribuna do Povo, transformando-o rapidamente em uma publicação semanal. O primeiro exemplar foi publicado em 26 de março de 1894, numa segunda-feira. (SARTORI, 2023). Após o levantamento de notícias será feito uma análise discursiva da fonte procurando identificar os aspectos sobre o período pesquisado e seu posicionamento diante dele.

No primeiro capítulo discutirei a cobertura do jornal de novembro a dezembro de 1983. Será estudado este período para obter uma compreensão de como o jornal noticiou e interpretou os eventos pertinentes da época. O segundo capítulo abordará as edições de janeiro a março de 1984, examinando a posição do jornal. Será discutido como o jornal abordou temas específicos, como os sociais, políticos e econômicos, e como essas abordagens refletem as opiniões e influências editoriais da época. No terceiro capítulo, o estudo se concentra no mês de abril de 1984, quando a emenda foi aprovada. Será examinado como o jornal se posicionou durante esse evento importante e como reagiu após a derrota da emenda, examinando como esses eventos afetaram a linha editorial e a cobertura posterior do jornal.

## 1. O INÍCIO DAS DIRETAS JÁ SOB O OLHAR DO JORNAL A TRIBUNA

Durante os meses de novembro a dezembro de 1983, O jornal *A Tribuna* desempenhou um papel de destaque ao abordar o cenário das Diretas Já no Brasil. Seus editoriais abordaram as questões políticas, sociais e históricas que permeavam o movimento, influenciando ativamente a opinião pública e contribuindo para moldar os rumos desse período crucial na história do país. Ao averiguarmos esses editoriais, somos levados a compreender as nuances e desafios de um momento em que a sociedade brasileira lutava pela sua voz e pela participação democrática pelo voto direto. A análise cuidadosa dos discursos e das estratégias adotadas pelo *A Tribuna* é essencial para uma compreensão aprofundada dos múltiplos aspectos envolvidos nesse capítulo marcante da história política do Brasil. Neste capítulo, busco analisar as edições do período de 9 de novembro a 22 de dezembro de 1983.

De maneira geral, a cobertura do tema pelo jornal *A Tribuna* abordava em média um quarto de página sobre o assunto, com textos de três parágrafos. Ele se estendia além disso em outras páginas, frequentemente a opinião dos jornalistas era exibida no canto inferior esquerdo. A presença do movimento nas capas da publicação era relativamente rara, um fator que indicava uma abordagem ainda pobre sobre o movimento. O jornal distribuía a cobertura com mais frequência ao longo das páginas internas e dispunha a opinião de seus jornalistas em colunas específicas, pretendia-se fornecer os fatos aos leitores e, ao mesmo tempo, aprimorar suas reflexões e análises do movimento e de suas consequências políticas e sociais.

### 1.1 ABORDAGEM EDITORIAL DE NOVEMBRO SOBRE AS DIRETAS JÁ!

A matéria "Maioria do PDS a favor das eleições indiretas" foi publicada na edição 00229 do jornal *A Tribuna* no dia 9 de novembro de 1983, de página número 3. (*A TRIBUNA*, 1983, p. 3).

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, deputado Flavio Marcilio, defendeu ontem a manutenção das eleições indiretas para a escolha do futuro presidente da República, expressando a opinião que disse ter ouvido da maioria dos deputados do PDS ao decorrer do dia. Marcilio anunciou que vai encaminhar ao presidente Figueiredo o resultado da pesquisa que está realizando junto aos pedessistas. Afirmando que tanto as eleições diretas quanto as indiretas são igualmente democráticas, embora a tradição brasileira seja a de pleitos diretos para presidente da República, o presidente da Câmara disse que as propostas de realizar eleição direta visam a desestabilizar o PDS, que tem assegurado o direito de escolher o futuro presidente de acordo com as regras já estabelecidas.

Nessa edição, observamos uma postura clara do presidente da Câmara, Flávio Marcílio, em defesa das eleições indiretas para a escolha do futuro presidente da República. Ele fundamenta sua posição ao mencionar que a maioria dos deputados do PDS, partido ao qual ele ouviu, também defende essa abordagem. Além disso, destaca que tanto as eleições diretas quanto as indiretas são democráticas, mas ressalta a importância de manter a estabilidade política e respeitar as regras já estabelecidas.

Na edição de 20 de novembro de 1983, o deputado Alarico Cordeiro, coordenador do grupo pró diretas do Partido Democrático Social (PDS), disse que a intenção era obter o apoio de pelo menos 80 deputados e 20 senadores do do partido, além dos parlamentares dos partidos de oposição, para atingir o quórum de dois terços necessário para aprovar uma emenda constitucional. O objetivo da emenda era alterar o sistema de votação para permitir que o sucessor do presidente Figueiredo fosse eleito diretamente. (*A TRIBUNA*, 1983, p. 4).

Vários parlamentares do PDS, em número estimado acima de dez, estão formalmente comprometidos com a luta pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. Trata-se do "Grupo Pró-Diretas", surgido no partido governista após as declarações favoráveis do presidente Figueiredo ao sistema de eleição direta.

Além disso, a edição menciona a viagem que o presidente Figueiredo fez pela África, destacando o fato de que ele esteve ausente no período de intensa movimentação política no país em relação ao movimento sobre eleições diretas.

No dia 21, Ulisses Guimarães falou com a deputada Ivete Vargas (SP) sobre vários indivíduos que já se manifestaram a favor das diretas, como o vice-presidente Aureliano Chaves, o ex-ministro Hélio Beltrão, o senador Marco Maciel, governadores da Oposição, membros do PDS e parlamentares que formaram um grupo de defesa das diretas dentro do partido do Governo. Ulisses enfatiza que o apoio unânime do PDS é essencial para as eleições diretas, mas admite que mesmo um pequeno número desse partido seria significativo. Ele sustenta que os políticos que desejam pedir votos e competir por cargos não podem se opor às eleições diretas, pois isso quebraria a confiança do povo em seus eleitores. (*A TRIBUNA*, 1983, p. 3).

O apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) às eleições diretas para presidente da República foi garantido ontem pela presidente nacional do partido, deputada Ivete Vargas (SP), ao presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), que a visitou no Hospital Sírio-Libanês. Ivete disse aceitar, mesmo que de maneira discreta, pelo seu partido, as eleições diretas para a sucessão seguinte.

Ao analisarmos a edição, Ulisses Guimarães enfatizou a importância de obter o apoio unânime do PDS para que as eleições diretas pudessem ser realizadas. O cenário político da época exigia uma maioria qualificada para aprovar emendas constitucionais. O apoio dos parlamentares do PDS, era essencial para o êxito do movimento. Mesmo que o movimento tivesse apoio de todo o partido, a adesão de um grande grupo dele poderia convencer outros parlamentares e aumentar a pressão política em favor de eleições diretas.

Além disso, ele pergunta como os políticos podem pedir votos em eleições futuras se não acreditam que o eleitorado escolherá seus líderes, referindo-se às posições opostas como falta de confiança no eleitorado.

Figura 1 - Direta ou indireta?

Dia 28 de novembro de 1983



Fonte: Hemeroteca Digital

Link de acesso:

<[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931\\_06&pasta=ano%20199&pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=43241](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931_06&pasta=ano%20199&pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=43241)>. Acessado dia 15 de abril de 2024.

Essa charge parece refletir o dilema enfrentado pelo presidente da época, Figueiredo, em relação à decisão de realizar eleições diretas ou indiretas. Isso reflete o ambiente político na época, em que o PDS já tinha políticos que eram favoráveis às eleições diretas e outros que eram contra elas. O fato de Figueiredo estar sentado ao lado de uma placa indicando duas opções, "diretas ou indiretas?", sugere que ele está em um momento de tomada de decisão, considerando qual direção seguir em relação ao processo eleitoral. A figura do presidente na charge representa a autoridade e a responsabilidade de tomar decisões que afetarão o futuro político do país. (*A TRIBUNA*, 1983, p. 2)

A presença de políticos do PDS com opiniões divergentes sobre as eleições diretas acrescenta complexidade à situação, expressados nas edições anteriores. Essa charge pode ser interpretada como uma reflexão sobre os desafios e as escolhas que os cidadãos enfrentam em um contexto político polarizado, onde diferentes interesses e opiniões estão em jogo. O cidadão representa o papel do eleitor que precisa considerar as diferentes perspectivas e decidir qual abordagem ele considera mais adequada ou benéfica para o país.

Ao analisar as duas edições, dos dias 9 e 20 de novembro, sobre as eleições diretas para a escolha do presidente da República, é interessante observar a perspectiva apresentada por Vanderlei Elias Nery em seu texto "A campanha Diretas Já e a transição brasileira". Nery destaca que as manifestações de pedessistas favoráveis às eleições diretas, tinham como objetivo não desgastar ainda mais a imagem do partido, tornando pública a posição contrária ao pleito direto da maioria do PDS. No entanto, ele ressalta que essa maioria contra as eleições diretas não impediu que alguns parlamentares do partido começassem a se aproximar da proposta de eleições diretas para a sucessão de Figueiredo, como o grupo pró-diretas dentro do PDS. (NERY, 242).

## **1.2 “QUE MUDEM OS HOMENS”: ABORDAGEM EDITORIAL DO MÊS DE DEZEMBRO SOBRE AS DIRETAS JÁ!**

*“Para todo mundo velho  
O brasil é um mundo novo  
Um presidente deve ser  
Escolhido pelo povo”  
(A TRIBUNA, 1983, p. 5)*

"Tancredo promete ir até o diabo para conseguir as diretas" foi a afirmação de Tancredo no dia 6 de dezembro de 1983 no Rio de Janeiro, ocasião em que o governador afirmou sua disposição em buscar acordos para as eleições diretas, "Eu procuro até o diabo nas profundezas do inferno" ao lado de Franco Montoro, governador de São Paulo, também concordou com a viabilidade crescente das eleições diretas no país, destacando que a convenção do PMDB não representava uma ameaça, mas sim um fortalecimento desse sistema democrático. Montoro complementa o discurso do Tancredo afirmando que as negociações não vão ficar apenas entre quatro paredes dos gabinetes. (*A TRIBUNA*, 1983, p. 2)

"E aí, eu quero ver alguns políticos dizendo o que estão dizendo a portas fechadas. O fato concreto é que o Congresso Nacional terá de votar, e essa votação será acompanhada pela população. Tem muita gente que anda dizendo coisas; tenho informações de que há um grupo que não pretende apoiar as novas medidas. Agora, na hora do choro e do ranger de dentes, quem os elegeu vai querer saber a quem andou dando seu voto. E todas as coisas mudam..."

No dia 15 de dezembro de 1983, o jornal *A Tribuna* publicou a edição com o título "Brizola defende militares" Brizola acredita que o presidente João Figueiredo, ao se pronunciar favoravelmente às eleições diretas na entrevista concedida na África, "estava declarando que as Forças Armadas não são contra as diretas: Acho que é um raciocínio lógico", declara Brizola. (*A TRIBUNA*, 1983, p. 2).

"BELO HORIZONTE - O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, disse ontem em Belo Horizonte que "muita coisa que se atribui aos militares não é de responsabilidade dos militares, mas dos grupos civis que sempre estiveram acobertados à sua sombra". Para ele, "prova disso é que são estes grupos que assumiram está triste tarefa de impedir a realização de eleições diretas para a Presidência da República."

O governador do Rio de Janeiro ainda interpretou as declarações do presidente Figueiredo de forma otimista, considerando-as um sinal de que as Forças Armadas não se opõem às eleições diretas. Esse olhar esperançoso pode ser visto como uma estratégia para fortalecer o movimento pela democratização do processo eleitoral, ao buscar aliados mesmo em setores que historicamente foram considerados contra a realização de eleições diretas. Mas Brizola também se preocupa com as declarações de Tancredo Neves, que, na opinião do governador do Rio de Janeiro, podem enfraquecer o argumento das eleições diretas. Isso demonstra a sensibilidade estratégica de Brizola aos discursos e posições que podem afetar a mobilização popular e o apoio político à causa.

Leonel Brizola teve ainda uma participação na gravação do programa do PDT, a ser transmitido em rede de rádio e televisão em nível estadual, quando fez provocações como estratégia para amplificar sua mensagem em defesa das eleições diretas. Brizola via na mídia, especialmente na televisão, um potencial para influenciar positivamente o desfecho desse processo político crucial. Ele também demonstrou descontentamento em relação aos editoriais que apoiavam eleições indiretas, as quais considerava antidemocráticas. Brizola acreditava que a democracia plena só poderia ser alcançada por meio do voto direto e que qualquer tentativa de evitar isso representaria um retrocesso na democracia brasileira.

É interessante analisarmos a questão militar pois a campanha das diretas era vista como suspeita pelos militares. Thomas Skidmore em seu livro aborda principalmente a desconfiança dos militares em relação à simples participação de Leonel Brizola ou Lula, visto que, eram figuras de “perigo”, lembrados das concentrações da esquerda nas semanas finais da presidência de João Goulart em 1964. (SKIDMORE, 2004, p. 470).

A edição publicada em *A Tribuna* no dia 22 de dezembro de 1983. Retrata a declaração do general Andrada Serpa que enfatiza a opinião de alguns militares de que as eleições diretas seriam a melhor maneira de promover uma mudança pacífica e evitar a divisão social resultante do longo período de seu mandato no poder. Nas palavras do general: "Os militares desejam as diretas porque é a única forma de haver uma ruptura pacífica com a sociedade pelo que ocorreu nos últimos 20 anos em que estiveram no comando do país." A fala reflete o reconhecimento de que uma transição democrática é necessária, bem como o desejo de reconciliação com a sociedade civil. (*A TRIBUNA*, 1983, p. 3).

RECIFE - "Os maiores interessados nas eleições diretas são os militares, Amago de suas consciências", declarou ontem o general Andrada Serpa, que foi a Pernambuco preparar o lançamento do Movimento Nacionalista Democrático - um grupo de parlamentares, dirigentes empresariais e militares que defende a soberania e independência política e econômica nacional. "Os militares querem as diretas porque elas são a única forma de haver uma ruptura pacífica com a sociedade pelo que fizeram durante estes 20 anos em que foram responsáveis pelo País".

O pronunciamento do general Andrada Serpa, que permanece no edital, mostra uma perspectiva crítica e engajada sobre a situação política e social do Brasil na época. Ele enfatiza que a classe média e os empresários devem se mover, destacando que a única saída para as dificuldades enfrentadas pelo país é uma mobilização pacífica nas ruas em prol da soberania nacional e das eleições diretas

A formação discursiva das edições analisadas de 15 e 22 de dezembro de 1985, mostra um conflito de discursos e interesses que refletem as lutas políticas e sociais da época. Nos

discursos de políticos como Tancredo Neves, Franco Montoro e Leonel Brizola, notamos uma estrutura discursiva voltada para aumentar a participação democrática e buscar consensos políticos para a realização de eleições diretas. Esses líderes estão inseridos em uma formação discursiva que valoriza a democracia como fundamento da sociedade. Eles buscam legitimar suas posições e planos nessa estrutura de desenvolvimento discursivo. (ORLANDI, 2001).

Por outro lado, a estrutura discursiva do general Andrada Serpa é diferente, focando mais na estabilidade e governabilidade do país. Ao considerar as eleições diretas como um caminho possível para uma mudança pacífica de poder, esse discurso demonstra uma sensibilidade às demandas sociais por mudanças políticas. No entanto, ele também expressa preocupação em preservar a estabilidade institucional e evitar conflitos sociais.

Os discursos de Brizola e do general Andrada Serpa revelam aspectos essenciais da análise do discurso conforme abordados por Eni Orlandi. A formação ideológica, por exemplo, se faz presente ao examinarmos as visões de mundo e interesses subjacentes aos discursos. Enquanto Brizola adota uma postura mobilizadora, enfatizando a importância da mídia e da opinião pública na luta pelas eleições diretas, o general Andrada Serpa evidencia a preocupação com a transição democrática pacífica e a legitimidade das instituições.

O jornal A Tribuna manteve uma postura mais comedida em relação às Diretas Já e à emenda Dante de Oliveira nos meses de novembro à dezembro de 1983, em contraste com a efervescência política e social que marcava o país na época. O periódico não se envolveu diretamente no movimento, o que mostra uma certa objetividade e cautela na cobertura do movimento.

O tema da redemocratização do país, bem como a possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República, provocou debates intensos e posicionamentos firmes de vários atores políticos e sociais. O leitor da época teve dificuldade em entender a importância e as consequências da votação presidencial e da emenda Dante de Oliveira. Ao fazer jornalismo nessa época, era difícil garantir uma cobertura informativa e imparcial dos acontecimentos políticos que afetavam diretamente a sociedade brasileira, equilibrando a apresentação dos fatos com a análise crítica.

## **2. “VAMOS PARA FRENTE E PARA O TRIUNFO! ” ABORDAGEM EDITORIAL DO MESES DE JANEIRO À MARÇO SOBRE AS DIRETAS JÁ!**

No início de 1984, houve uma forte mobilização popular em prol da redemocratização do Brasil. Em todo o país, a campanha pelas Diretas já estava ganhando força. Entre janeiro e março, o movimento intensificou suas atividades e reuniu milhares de pessoas em comícios em várias cidades. Como um dos principais meios de disseminação das opiniões e demandas da população, a mídia desempenhou um papel significativo nesse processo.

Neste capítulo buscarei examinar a abordagem editorial do jornal *A Tribuna* de janeiro a março de 1984, período esse marcado em que o movimento Diretas Já aumentou significativamente. O objetivo é demonstrar como o jornal noticiou eventos e declarações de líderes políticos durante esse período, além de destacar seu posicionamento em relação ao movimento.

### **2.1 ABORDAGEM EDITORIAL DO MÊS DE JANEIRO SOBRE AS DIRETAS JÁ!**

A cobertura das edições de janeiro sobre o movimento reflete um período de forte mobilização política e social no Brasil. O aumento das ocorrências na abordagem editorial dos jornais foi marcado pela atenção especial dada aos comícios, manifestações e discursos dos líderes políticos e sociais envolvidos nas Diretas Já. No dia 4 de janeiro de 1984, um evento simbólico marcou um importante capítulo na história política brasileira: “PMDB adota o amarelo” (*A TRIBUNA*, 1984, p. 2)

BRASÍLIA - O amarelo tornou-se a cor oficial da campanha do PMDB pelas eleições diretas. Camisetas, canetas, lápis, viseiras, copos e outros materiais de campanha serão todos amarelos, com a inscrição "Quero Votar para Presidente". Antes da palavra presidente, há um "x", significando o voto do eleitor. Os dirigentes do PMDB planejam disponibilizar nas bancas de camelôs de todas as grandes cidades as camisetas da campanha pelas diretas para serem vendidas, ao preço de dois mil cruzeiros cada.

A escolha do amarelo como cor oficial da campanha do PMDB nas eleições diretas é uma decisão estratégica com o objetivo de estabelecer uma identidade visual distinta e facilmente identificável para a causa. A cor vibrante amarela tende a atrair a atenção das pessoas e, quando combinado com a frase "Quero Votar para Presidente", aumenta a participação e a mobilização em torno do assunto das eleições diretas.

"Diretas atraem 40 mil manifestantes" O edital destaca o grande movimento que reuniu cerca de 40 mil pessoas, de acordo com o major Cândido Alves de Souza, comandante do aparato de segurança da polícia militar, participaram do primeiro grande "comício monstro" em Curitiba. Um esquema completo de propaganda, que incluiu artistas de televisão, cantores, escolas de samba, faixas, cartazes, luzes coloridas e até mesmo o Rei Momo oficial do carnaval, o Bola (*A TRIBUNA*, 1984, p. 3).

CURITIBA - Acho que começamos triunfalmente. Essa é a maior manifestação pública no país depois da visita do Papa." Apesar de certo exagero, a declaração do presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, diante da multidão que se comprimiu no calçadão da Rua das Flores em Curitiba, ontem à noite, serviu bem para dar uma ideia da euforia que tomou conta dos partidos de oposição na festa política do lançamento da campanha nacional pelo restabelecimento das eleições diretas.

O relato descreve um período intenso e marcante da campanha das Diretas Já no Brasil. A declaração da deputada e atriz Bete Mendes, representante do PT, conclamou "tomar o Palácio do Planalto e expulsar os que tomaram o poder sem passar por eleições diretas", demonstra a urgência e a determinação de exigir eleições diretas. A polarização e a complexidade do cenário político naquele momento são evidenciadas pela presença de personalidades como os governadores Tancredo Neves, Franco Montoro, José Richa e o deputado Ulisses Guimarães, todos acompanhados por soldados da PM.

Quase um dos últimos a discursar, Neves afirmou que a concentração era um sinal de um movimento nacional, enfatizando o desejo cívico do povo brasileiro de eleições diretas. Ele afirmou que esse processo democrático reorganizaria o país de forma transcendental e permitiria a reescrita da história do país, enfatizando a importância disso. O governador expressou sua determinação e confiança no progresso da democracia no Brasil, considerando que aquele momento era apenas o início de uma jornada de vitória.

A urgência e determinação em restaurar a democracia foram evidentes nas declarações de Bete Mendes, que clamou por tomar o Palácio do Planalto e expulsar os que detinham o poder sem eleições diretas.

No discurso de Tancredo Neves, as eleições diretas foram enfatizadas como um momento crucial para a reconstrução do país e a reescrita da história do país. A complexidade e as divergências políticas daquele período foram refletidas pela forte participação da sociedade civil e pela coalizão de vários partidos. Esses eventos demonstraram não apenas a necessidade de mudanças democráticas, mas também fortaleceram a fé no progresso democrático do Brasil.

Figura 2: Diretas... Plante essa ideia.

14 de janeiro de 1984



Fonte: Hemeroteca Digital

Link de

acesso: <[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931\\_06&pasta=ano%20199&pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=47143](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931_06&pasta=ano%20199&pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=47143)> Acessado dia 20 de abril de 2024.

"Diretas... plante essa ideia" (*A TRIBUNA*, 1984, p. 2) sugere uma metáfora intrigante. A charge evoca a ideia de semear e aumentar a conscientização sobre a importância das eleições diretas ao usar a imagem de plantar uma ideia. O ato de distribuir panfletos é uma forma direta de comunicação e engajamento popular, com o objetivo de difundir a mensagem e atrair a atenção de todos para a causa política em questão. É interessante analisar como o jornal começa a adquirir uma participação mais proativa e engajada no apoio ao movimento pelas Diretas Já. Ao encartar diretamente a edição do jornal de cerca de 40 mil folhetos produzidos pela comissão organizadora do ato público, o veículo de comunicação amplia o alcance da mensagem, levando-a diretamente aos leitores. Essa análise demonstra como o *A Tribuna* não apenas relata os acontecimentos, mas também é ativo em promover e apoiar iniciativas políticas e sociais que são importantes para a população. "Folhetos, em A Tribuna" foi o título da matéria na capa do jornal em 24 de janeiro de 1984. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 1).

Cerca de 40 mil folhetos, confeccionados pela comissão mista que organiza o ato público pelas diretas, serão encartados na edição de quinta-feira do *A Tribuna*, para distribuição direta aos leitores, nos exemplares vendidos em bancas e enviados aos assinantes. A ideia surgiu após contato entre membros da comissão organizadora e a direção do *A Tribuna*, e o encarte será feito pelo Departamento Comercial do jornal, em apoio à luta pela eleição direta à Presidência da República e à manifestação dos santistas na Praia do Gonzaga, na quinta-feira.

Além do encarte, o jornal está colaborando ainda mais publicando tiras de rodapé diariamente com a frase "Queremos eleger o presidente". Ao serem inseridas regularmente, essas pequenas mensagens têm o poder de tornar esse assunto mais importante e urgente para os leitores. Eles também podem ajudar a aumentar a conscientização e a mobilização em torno da questão democrática.

Ao analisar esses materiais usando a ideia de "O Lugar da Interpretação", precisamos pensar não apenas no conteúdo das mensagens, mas também no contexto em que são inseridas, nas escolhas linguísticas e visuais tomadas para sua elaboração e no público-alvo a que se destinam. Eni Orlandi enfatiza que uma variedade de fatores contextuais e discursivos influenciam a interpretação em vez de ser um processo único.

Como resultado, ao examinar os folhetos e tiras de rodapé do jornal *A Tribuna*, é fundamental considerar como esses materiais são construídos para persuadir os leitores a entender as eleições diretas, levando em consideração as estratégias discursivas usadas, as ferramentas linguísticas e visuais usadas, e o efeito pretendido na opinião pública.

Ao analisar o edital, é interessante observar o posicionamento e o compromisso do jornal com a informação e seu papel como catalisador de mobilização e participação cívica. *A Tribuna* vai além de informar; ela inspira a ação, demonstrando como os meios de comunicação podem ajudar a promover a participação democrática e os valores fundamentais da sociedade.

Sendo a maior manifestação popular já registrada no país até o dia 26 de janeiro e contou com pessoas de todas as cores partidárias. Lula, Leonel Brizola, Franco Montoro e Ulisses Guimarães pregaram a unidade como única solução para tirar o país da crise, o que resultou nas manifestações mais estrondosas do público. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 3)

SÃO PAULO - Segundo a Polícia Militar, 170 mil pessoas compareceram ontem à tarde, sob chuva, ao comício pró-diretas organizado pelo PMDB de São Paulo na Praça da Sé. De acordo com o vice-governador de São Paulo, Orestes Quécia, havia 250 mil pessoas, e na opinião do radialista Osmar Santos, que conduziu os oradores no palanque, 400 mil pessoas se aglomeravam na praça. Tudo transcorreu na mais absoluta ordem e os 850 PMs, que trabalharam com os coldres vazios, e os 150 policiais civis que atuaram na segurança não tiveram nenhum trabalho além do empurra-empurra na concentração popular. "Esta foi a maior concentração que já

assisti em minha vida", afirmou o governador do Rio, Leonel Brizola. "A Bastilha caiu hoje aqui na Praça da Sé. Ruiu aqui o Colégio Eleitoral."

Líderes políticos notáveis expressaram a magnitude histórica da concentração popular durante o movimento das Diretas Já. O governador do Rio, Leonel Brizola, fez uma observação importante: A grandeza impressionante do evento na Praça da Sé foi destacada por "esta foi a maior concentração que já vi em minha vida". De forma semelhante, Ulisses Guimarães enfatizou a importância simbólica do momento, dizendo: Hoje, na Praça da Sé, a Bastilha caiu. Ruiu aqui o Colégio Eleitoral", demonstrando o rompimento com o passado sistema político e o desejo de uma nova era democrática no Brasil.

Figura 3: Praça da Sé

26 de janeiro de 1984



Fonte: Hemeroteca Digital

Link de acesso:

<[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931\\_06&pasta=ano%20199&pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=47536](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931_06&pasta=ano%20199&pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=47536)> Acessado dia 22 de abril de 2024.

Os editoriais do jornal ao longo do mês de janeiro mostram uma mudança gradual, mas significativa na maneira como o jornal se referia aos eventos políticos que moldaram o cenário nacional. À medida que as multidões tomavam as ruas e praças em manifestações massivas, o tom dos editoriais do *A Tribuna* aumentou. A crítica ao governo e o apoio à campanha pelas eleições diretas se tornaram mais claros, esse posicionamento se evidenciou na publicação de uma charge com a frase "Diretas... Plante essa ideia", enfatizando o apoio ao movimento.

Além disso, a iniciativa do jornal de distribuir cerca de 40 mil folhetos, produzidos pela comissão mista que organizou o ato público pelas Diretas Já, demonstra um envolvimento mais ativo na divulgação e promoção da causa democrática. *A Tribuna* não apenas divulgou amplamente a campanha, mas também demonstrou seu apoio e engajamento com a demanda por eleições diretas. Essas ações do jornal demonstram uma transformação significativa em sua posição editorial, que passou de uma postura mais neutra para uma participação mais engajada e ativa no debate político e social sobre as Diretas Já.

## **2.2 ABORDAGEM EDITORIAL DO MÊS DE FEVEREIRO SOBRE AS DIRETAS JÁ!**

“O meu povo quer diretas  
Para sua sucessão.... Oh! João  
Onde está general João  
A tal democracia da Nação”

Trecho criado pelo sambista Zinho da Banda Mole

Na edição de 11 de fevereiro de 1984, a matéria intitulada "Adesões à emenda Dante de Oliveira estão aumentando" . Nessa fase, a mobilização da sociedade civil, dos partidos políticos e de diversos setores da sociedade ganhou força, refletindo-se no aumento das adesões à emenda. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 4)

PORTO ALEGRE - O vice-líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Sinval Guazzelli (RS), afirmou em Porto Alegre que, pelas informações disponíveis, já há cerca de 55 deputados federais do PDS favoráveis ao restabelecimento imediato das eleições diretas para a Presidência da República. Faltaria, assim, a adesão de mais 21 deputados pedessistas para atingir o quórum de 2/3 necessário à aprovação da

emenda. No Senado, ainda conforme o vice-líder do PMDB, são cerca de 12 os pedessistas favoráveis às diretas, faltando, portanto, a adesão de mais 10.

No início do recesso parlamentar, aproximadamente 40 deputados do PDS apoiaram as eleições diretas para a Presidência da República. O apoio aumentou significativamente nos últimos 45 dias, sem registro de deserções. Devido à grande mobilização nacional, esperava-se que mais adesões ocorram até 11 de abril, quando o Congresso deve votar na emenda Dante de Oliveira.

Para o vice-líder da oposição, a consciência coletiva dos congressistas, que reconhece que a aprovação da emenda das diretas atende a um clamor generalizado da Nação, terá um impacto na decisão de abril. Isso será um momento em que o Congresso se afirmará como uma instituição e se alinhará com as demandas da população por um processo eleitoral mais democrático.

Andreazza afirmou que o movimento pelas eleições diretas "não é apenas de comunistas, mas também de comunistas" e concordou com Paulo Maluf, que afirmou que "no comício de São Paulo, havia muito mais bandeiras vermelhas do que bandeira nacional". (*A TRIBUNA*, 1984, p. 3)

Para concluir sua pregação, o ministro do Interior expressou sua oposição à legalização do Partido Comunista porque sua ideologia é de natureza destrutiva e emprega a democracia como um meio de destruição.

RIO - "O movimento pelas eleições diretas é um movimento de contestação, onde se nota uma grande inspiração comunista", disse ontem em Niterói o presidenciável Mário Andreazza. Como consequência, Andreazza acha que "temos que estar alertas com esse movimento e buscar realizar o programa político do presidente, que não inclui eleições diretas agora".

A análise da edição e das fases do anticomunismo, permite destacar primeiro o período de 1935 a 1937 com a tentativa revolucionária. O segundo foi o início da Guerra Fria, especialmente nos anos de 1946 a 1950, quando o PCB foi proscrito e voltou a ser perseguido. O terceiro foi a crise de 1964, que resultou no golpe militar. Em 1937 e 1964, a "ameaça comunista" serviu como argumento político essencial para justificar os golpes políticos e na tentativa de convencer a sociedade da necessidade de ações repressivas contra a esquerda. (SÁ MOTTA, p. 7, 2002).

As declarações de Andréazza sobre o movimento em apoio às eleições diretas mostram as opiniões políticas divergentes e a retórica anticomunista prevalente na época. É

interessante como ele faz uma ligação direta entre o movimento e o comunismo, usando uma lógica de oposição ideológica que era comum no Brasil durante a era das Diretas Já.

Em comparação com os meses anteriores a fevereiro de 1984, os comícios e manifestações populares diminuíram significativamente. Em comparação com os meses anteriores, às manifestações em prol das Diretas Já ocorreram com mais frequência e intensidade neste período. A diminuição das manifestações e comícios populares em fevereiro pode ser atribuída a uma variedade de elementos específicos da situação política e social que ocorreram naquele período. Alguns líderes do movimento adotaram uma abordagem de pausa e reorganização, a preparação para novos estágios da campanha e a necessidade de ajustes nas estratégias de mobilização.

O movimento em favor das Diretas Já continuou ativo nos bastidores, com articulações políticas, debates em comissões legislativas e mobilizações em outros formatos, como reuniões, debates e campanhas de conscientização, apesar da diminuição das manifestações públicas.

### **2.3 ABORDAGEM EDITORIAL DO MÊS DE MARÇO SOBRE AS DIRETAS JÁ!**

A qualidade da impressão diminuiu durante o mês de março de 1984, quando as edições foram acessadas na Hemeroteca Digital do jornal *A Tribuna*, deixando a desejar em termos de legibilidade. Os documentos analisados estavam com borrões, o que dificultou sua compreensão e análise detalhada. Devido à baixa qualidade da impressão, muitos dos textos pertinentes não puderam ser examinados totalmente devido às condições de preservação dos exemplares digitais disponíveis. Isso resultou em uma recorrência menor das menções às eleições diretas.

No dia 13 de março de 1984, foi publicada a edição que sugeria uma possível mudança no quadro eleitoral, com o então presidente João Figueiredo sugerindo que as eleições presidenciais fossem realizadas diretamente a partir de 1989. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 3).

Brasília - O presidente Figueiredo deve anunciar quinta-feira, quando estará comemorando o 5º aniversário de seu governo, numa plataforma petrolífera em Campos, que pretende enviar ao Congresso uma proposta de emenda constitucional restabelecendo eleições diretas para a Presidência da República em 1989 com base nos resultados parciais da sondagem realizada pelas lideranças partidárias junto às bancadas do PDS na Câmara e no Senado sobre a oportunidade do envio da emenda. Figueiredo poderá encaminhar sua proposta antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, no dia 25 de abril.

Ao longo da reunião, Andreazza reconheceu claramente, sob pressão da imprensa, que o presidente Figueiredo era o único responsável por tomar a decisão de enviar a emenda. Isso reafirmou a importância do presidente nesse processo. A discussão de tão alto nível, demonstrada pela audiência de Figueiredo e Andreazza, destaca a importância e a delicadeza do assunto das eleições diretas naquele momento histórico. Como resultado, o presidente Figueiredo teve a responsabilidade de decidir se a Emenda Dante de Oliveira deveria ser enviada, enfatizando seu papel fundamental na determinação dos rumos políticos do país.

Posteriormente, Andreazza comentou que Figueiredo ainda não havia decidido se apenas anunciaria sua intenção de patrocinar eleições diretas em 1989 ou se também encaminharia a proposta de votação da Emenda Dante de Oliveira.

O intenso movimento no escritório eleitoral de Paulo Maluf, combinado com a busca de contatos de vários deputados do grupo que se opõe às eleições diretas, mostra a determinação desse grupo em evitar qualquer mudança nas regras do jogo eleitoral. A possibilidade de um manifesto contra as diretas com a adesão de mais de 100 parlamentares demonstra a unidade e a força política desse movimento. Os grupos têm uma estratégia clara: evitar que o presidente Figueiredo apresente ao Congresso uma emenda que sugere a volta das eleições diretas para 1989, o que poderia reduzir o mandato do sucessor em um ano. Embora tenha evitado a reunião para não se alinhar diretamente com nenhum candidato à presidência, Paulo Maluf deixou claro seu descontentamento com a ideia de eleições diretas.

A linha de argumentação desse grupo em contraposição às eleições diretas é demonstrada por sua afirmação de que a eleição indireta de Figueiredo foi democrática e, portanto, não havia motivos para considerar o processo de seu sucessor antidemocrático.

No dia 23 de março de 1984, a edição com o título "Aumenta número de favoráveis às diretas" marcou um importante momento na história política do Brasil. O destaque desse evento foi o aumento significativo no número de deputados do PDS favoráveis às eleições diretas para a Presidência da República. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 3)

Em Brasília, o deputado Albérico Cordeiro (PDS-AL), do Grupo Pró-Diretas do PDS, anunciou que aumentou de 48 para 59 o número de deputados governistas adeptos da tese da eleição direta para presidente da República em 1984. Entre as 11 novas adesões, estão incluídos três deputados fluminenses: Ruben Medina, Simão Sessim e Álvaro Valle.

Se os 59 relacionados pelo Grupo Pró-Diretas votarem a favor da Emenda Dante de Oliveira (PMDB-MS) no dia 25 de abril, a emenda constitucional só precisa de dois terços, ou

320 votos, para ser aprovada na Câmara. Se o PTB conseguir comparecer em plenário com todos os seus treze representantes, isso será possível. A emenda precisa de 22 votos do PDS no Senado para ser aprovada definitivamente, mas até agora, os governistas têm apenas oito votos governistas, de acordo com fontes do Grupo Pró-Diretas.

"Ulisses: Continência da Marinha foi para diretas" foi publicado em 28 de março de 1984 . A grande maioria das Forças Armadas está apoiando as eleições diretas para presidente da República, disse Ulisses Guimarães em comunicado à imprensa no dia 27 de março. (A *TRIBUNA*, 1984, p. 3)

Ulisses Guimarães, em nota distribuída à imprensa, acrescentou que os 700 oficiais da Marinha e da Aeronáutica que prestaram continência no Rio e em Brasília ao ex-ministro Maximiano da Fonseca "na verdade prestaram continência às eleições diretas, à decisão do povo que eles têm o dever de defender".

Ulisses Guimarães ainda enfatizou dizendo: "Hoje, no Brasil, quem está com juízo não está de miolo mole, está com as eleições diretas." "Quem quer diretas, quer feijão e arroz para viver", repetiu ele. Multidões já aplaudiram a Emenda Dante de Oliveira nas praças e ruas de quatro mil municípios no Brasil.

Examinando um trecho do discurso de Ulisses Guimarães, utilizam ideias de Eni Orlandi, como "o dito e o não dito" (ORLANDI, 2001, p. 82-85), podemos observar como o conteúdo explícito do discurso se relaciona com as interpretações subentendidas, implícitas e não explícitas. O dito explícito do discurso pode ser encontrado nas declarações diretas de Guimarães sobre a necessidade de eleições diretas e sua relação com racionalidade e necessidades básicas, como "Quem quer diretas, quer feijão e arroz para viver". Por outro lado, o que não foi dito está escondido nas entrelinhas do discurso, nas interpretações possíveis e nas sugestões que podem ser feitas, como a polarização da questão das eleições diretas e a sugestão de que apoiar essas eleições é a opção racional e necessária, enquanto se opor a elas é visto como irracional.

### **3. A DERROTA DA EMENDA DANTE DE OLIVEIRA E LEGADO DA DIRETAS-JÁ: DISCURSO DE A TRIBUNA**

No mês de abril de 1984, o jornal *A Tribuna* registrou uma quantidade significativa de eventos políticos. Isso se deu em uma época em que as atividades relacionadas à votação da emenda Dante de Oliveira se intensificaram, bem como a mobilização popular em favor de eleições diretas para presidente. Ao longo desse período, houve uma movimentação política crescente, marcada por comícios cada vez maiores, que mostraram a participação e as expectativas da população em relação ao processo democrático. O aumento das ocorrências políticas em abril de 1984 pode ser atribuído a uma variedade de circunstâncias. A primeira pauta mobilizadora foi a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha a volta às eleições diretas. A cobertura jornalística do jornal *A Tribuna* reflete a série de eventos e discussões que ocorreram ao redor dessa emenda tanto na esfera política quanto na sociedade civil.

#### **3.1 O MÊS DA DECISÃO**

No dia 16 de abril de 1984 Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB, destaca que a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que visava restabelecer as eleições diretas para presidente, dependia da figura do vice-presidente Aureliano Chaves. Ele afirma ter certeza de que, considerando essa decisão como um assunto patriótico, Chaves sugerirá aos parlamentares que o apoiam que votem a favor da proposta. Guimarães enfatiza o fato de que o Grupo Pró-Diretas do PDS tem 63 deputados que apoiam a emenda. Ele destaca que apenas 13 votos adicionais dos apoiadores de Chaves seriam suficientes para obter o número necessário de 76 votos da oposição para que a proposta seja aprovada na Câmara. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 3)

"Estamos aguardando também a emenda do Governo e a nossa impressão é de que eles estão sentindo a pressão imensa do país pelas diretas já. Nós chegamos a essa conclusão porque, mesmo quando temos falado que o nosso pré-requisito para negociações são as diretas agora, o Governo mantém a disposição de enviar a sua proposta e acrescenta, por seus integrantes, que ela é negociável", prosseguiu Ulisses Guimarães.

"O maior comício pelas diretas" (*A TRIBUNA*, 1984, p. 1) foi capa da edição no dia 17 de abril de 1984, marcou um ponto importante no movimento Diretas Já no Brasil. Esse

título mostra o quão grande e significativo foi o protesto que ocorreu naquele dia, mostrando a força enorme da sociedade em favor da democracia e do direito de eleger diretamente o presidente da República.. Os organizadores estimam que 1,7 milhão de pessoas assistiram ao comício no Vale do Anhangabaú, mas os homens de observação da Polícia Militar estimaram 1,5 milhão.

No capítulo "Tempos de Caos e Esperança" (NAPOLITANO, 2014, p. 327) Napolitano descreve as principais ocorrências da campanha Diretas Já, enfatizando o rápido crescimento das manifestações em abril de 1984. Napolitano explica como esses grandes comícios, alguns dos quais ocorreram em São Paulo no dia 17 de abril, impulsionaram a campanha pelas eleições diretas. No entanto, o governo, esperando que o movimento perdesse força, especialmente devido às articulações dos setores moderados do PMDB, resolveu agir de maneira repressiva. Às vésperas da votação da emenda das Diretas, Brasília viveu, virtualmente, um estado de sítio sob a liderança do general Newton Cruz, comandante militar do Planalto. O autor em seu livro descreve que até carros e roupas amarelas, símbolos da campanha, foram proibidos de circular no dia da votação, e a imprensa foi mantida sob censura.

Os órgãos de segurança, incluindo a Polícia Federal e o Exército, enviaram o número para Brasília. Além de todo o Vale do Anhangabaú, as ruas paralelas e transversais, bem como a Praça do Correio e a Praça Ramos de Azevedo, onde centenas de pessoas puderam observar o palanque das autoridades, foram "tomadas", de acordo com os homens da PM que realizaram a observação.

No dia 24 de abril de 1984, ocorre uma mobilização em torno do consulado em Nova Iorque, sendo capa de edição, intitulado "Até em Nova York ouve-se o 'diretas já'". O jornal aborda que apesar da chuva intensa, cerca de 200 brasileiros participaram de uma manifestação ontem no Centro de Nova York para exigir eleições diretas para a escolha do próximo presidente do país. Os manifestantes se reuniram na Quinta Avenida com Rua 50 em frente ao Consulado Geral do Brasil, portando cartazes que diziam "Diretas Já". Após cerca de vinte minutos, com oradores improvisados alternando e lemas pró-diretas entoados em coro, o grupo partiu para a Rua 46, entre as avenidas Quinta e Sexta, onde se encontram lojas e restaurantes brasileiros. Lá, eles fizeram a manifestação novamente e, meia hora depois, se dispersaram sem incidentes. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 1)

Figura 4: Consulado brasileiro em Nova Iorque

24 de abril de 1984



Fonte: Hemeroteca Digital

Link de acesso:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931\\_06&pasta=ano%20199&pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=49431](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931_06&pasta=ano%20199&pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=49431)> Acessado dia 3 de maio de 2024.

Em meio ao clima de forte tensão em Brasília, o Congresso reúne-se para votar a Emenda Dante de Oliveira, que restabelece as eleições diretas já para a sucessão do presidente Figueiredo. Esta data histórica, no dia 25 de abril de 1984, marca um momento crucial na luta pela redemocratização do Brasil. O título "O dia da decisão" reflete a importância e a expectativa em torno desse evento político determinante para o futuro do país.

Hoje, a partir das 9 horas, será aberta a sessão conjunta do Congresso que vai decidir a sorte da Emenda Dante de Oliveira, que estabelece eleições diretas para a Presidência da República imediatamente. A expectativa é de que será uma das mais tumultuadas e longas sessões do Legislativo, devendo varrer a madrugada como geralmente ocorre em votações polêmicas. Se não houver o voto de pelo menos 320 deputados, a sessão poderá ser adiada como pretendem os líderes do partido do Governo. Para passar no Senado, a emenda precisará do apoio de 46 senadores.

Na sessão conjunta do Congresso, Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB, fez um discurso inflamado que mostrou a determinação e as emoções dos opositores e estudantes presentes no plenário da Câmara. A declaração de que a nação lhe concedeu permissão para promover um diálogo público, aberto e monitorado pela imprensa, bem como a presença livre nas galerias do Congresso, reflete a demanda por maior transparência e participação popular nas decisões políticas.

Ulisses Guimarães destacou dez pontos fundamentais para conversar com o governo, destacando a importância das eleições diretas como precursoras da Constituinte em 1986 e mostrando uma visão estratégica de longo prazo para as mudanças políticas no Brasil. A leitura da Emenda Figueiredo, que propunha diretas para 1988, na sessão matutina, enriqueceu a discussão, destacando várias ideias e planos para o ambiente político da época.

Para evitar tumultos durante a sessão, o presidente do Congresso, Moacir Dalla, teve uma atitude firme, enfatizando a importância da democracia e do respeito às divergências de opinião. Essa ocasião foi significativa no âmbito das Diretas Já, pois simboliza a mobilização política e a articulação em prol de mudanças significativas no sistema eleitoral do Brasil.

Na baixa, milhares de pessoas vestidas de amarelo participaram da manifestação e se reuniram em uma tribuna aberta na carroceria de um caminhão. Ao longo do evento, houve várias atividades, incluindo queima de fogos, apresentações de grupos musicais e de capoeira, e discursos políticos que duraram até as 19 horas. Trabalhadores de várias categorias foram incentivados pelos sindicatos a participar da vigília após o expediente, e toda a população foi convocada a participar. Uma coisa interessante mencionada é que a Sudelpa forneceu uma tabela para que os eleitores marcassem com cruzinhas os políticos que foram a favor ou contra a emenda votada no Congresso. Isso demonstra um interesse em registrar e avaliar as posições dos políticos em relação ao assunto das eleições.

Aos poucos, a Cidade foi rompendo o silêncio da noite chuvosa e, às 20h15, as janelas se abriam para extravasar o clamor pelas diretas já. Panelas batendo, buzinas disparadas, cornetas e rojões entoavam na Praça da Independência, porta da Faculdade de Direito e em diversos pontos, o brado pelo direito de se escolher o presidente do Brasil.

No dia 26 de abril de 1984, na edição daquele dia do jornal *A Tribuna*, a manchete principal era "Diretas, não". Com o subtítulo destacava que "298 deputados votaram a favor da emenda. 65 votaram contra. Mas o que pesou na balança foi a ausência de 113 deputados.

Assim as oposições ganham, mas não levam. A Emenda Dante está derrotada no Congresso."  
(*A TRIBUNA*, 1984, p. 1)

Com esse resultado, a Emenda Dante de Oliveira nem chegou a ser discutida no Senado, sendo rejeitada pelo artifício da ausência. Com as atenções do Congresso agora voltadas para a proposta enviada pelo presidente Figueiredo, que prevê várias alterações constitucionais, incluindo a eleição do sucessor de seu sucessor pelo voto direto, mas em 1988, implicando assim na redução do mandato do próximo presidente.

O Grupo Pró-Diretas do PDS apresentou alterações à proposta inicial do presidente Figueiredo com o objetivo de permitir a eleição direta do sucessor e reiniciar a campanha pelas "diretas já". Essas emendas, juntamente com o apoio oficial da oposição, foram feitas para garantir eleições diretas para a presidência por meio da modificação do Planalto. Além disso, a emenda parlamentarista de Jorge Bornhausen, que também defendeu eleições diretas, seria apoiada pelas oposições no caso de contestação regimental. Outras medidas discutidas incluíam acabar com a fidelidade partidária, devolver prerrogativas ao Congresso e facilitar a formação de novos partidos. Essas decisões foram tomadas durante uma reunião de governadores da oposição e mostram a determinação da oposição de buscar eleições diretas e rejeitar propostas como o mandato-tampão ou o Colégio Eleitoral. A ideia-base continua sendo a das diretas já.

Visando aspirantes do PDS à presidência, havia três principais candidatos para as eleições de 1985. O primeiro era Aureliano Chaves, vice de Figueiredo. O segundo mais falado era Mário Andreazza, exercendo a responsabilidade ministerial em três governos militares colocou ele em vantagem adicional para os eleitos do PDS, embora os boatos de recebimento de propina que embolsara em troca da concessão de contatos para a construção da ponte Rio-Niterói continuavam em circulação, tendo seu nome prejudicado entre militares mais moralistas. O terceiro principal aspirante a candidato pedessista era Paulo Maluf. (SKIDMORE, 2004, p. 472).

Figura 5: Estudantes saíram às ruas para protestar contra a rejeição da emenda das  
diretas

27 de abril de 1984



Fonte: Hemeroteca Digital

Link de acesso:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931\\_06&Pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=49557](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=153931_06&Pesq=%22Diretas%20j%C3%A1%22&pagfis=49557) Acessado dia 7 de maio de 2024.

### 3.2 O MOVIMENTO DIRETAS JÁ, DEIXA SEU LEGADO

No dia 27 de abril de 1984, com edição intitulada "Saldo Positivo das Diretas Já". A edição discute o papel das Diretas Já como um pilar da consciência política da sociedade brasileira. A derrota da emenda não significou o fim do movimento. Pelo contrário, foi uma etapa que mostrou a força da mobilização popular e a necessidade de mudanças importantes nas instituições. A população brasileira demonstrou que não aceitava mais ser governada sem o apoio do eleitorado, rejeitando a autoridade de poucos em detrimento da maioria da população. Além disso, a edição enfatiza a importância de superar as diferenças e buscar uma compreensão entre o governo, a oposição e vários grupos sociais. Para enfrentar os desafios

políticos e econômicos do país, é importante buscar a conciliação e a normalidade constitucional, evitando a radicalidade que poderia resultar em retrocessos. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 2)

A Emenda Dante de Oliveira foi derrotada, mas a campanha pelas Diretas Já, se não atingiu seu objetivo principal, pode contribuir para que se apressem aprimoramentos institucionais importantes. O movimento deixou por demais evidente que a sociedade brasileira já abandonou a posição abúlica em que permaneceu nessas últimas duas décadas e não tolera a tutela de uns poucos, sequer possuem quem a imobilização de todo o corpo da Nação

A obra "Brasil: Uma Biografia" de Lilia Moritz Schwarcz examina de perto o período das Diretas Já e como ele teve um impacto na história política brasileira. No capítulo "Entrando no Jogo da Democracia (Mas com Dificuldade)," Schwarcz discute como esse movimento serviu como um marco na luta pela democratização do país, destacando tanto as mobilizações populares quanto os desafios enfrentados durante o processo de transição para a democracia. A autora enfatiza a complexidade do cenário político da época, que foi marcado por fortes mobilizações populares e resistência de setores conservadores.

Em sua obra, a autora fala sobre a capacidade de vários grupos sociais de se unirem em torno do princípio democrático das Diretas Já, enfatizando a importância desse movimento para fortalecer os princípios democráticos e aumentar o envolvimento cívico no Brasil. Ao examinar o legado das Diretas Já, Schwarcz enfatiza como esse evento histórico foi crucial para a promulgação subsequente da Constituição em 1988 e o retorno das eleições presidenciais diretas em 1989. O capítulo destaca o papel das Diretas Já no desenvolvimento de uma sociedade mais engajada e consciente de seus direitos políticos, apesar dos obstáculos e desafios enfrentados durante o processo de redemocratização.

No dia 13 de agosto de 1984, a edição intitulada "PMDB confirma Tancredo – Sarnei" descreve a convenção política realizada no plenário da Câmara dos Deputados, que durou oito horas e meia. O evento começou às 8 horas e 20 com um discurso do deputado Ulisses Guimarães e encerrou às 15 horas com um discurso do candidato Tancredo Neves, que foi recebido com aplausos e palavras de ordem. A convenção foi marcada por um clima de otimismo e confraternização entre o PMDB e a Frente Liberal do PDS, sem registros de brigas ou incidentes. O presidente do PMDB agradeceu a presença de todos e convidou os presentes a retornarem a Brasília em 15 de março para a posse de Tancredo Neves no Palácio do Planalto. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 3)

Brasília - "Salim, Salim, Salim, sua alegria está no fim." Mais de três mil vozes entoavam esse refrão em um clima festivo, ao final da convenção nacional do PMDB, que confirmou o governador Tancredo Neves e o senador José Sarney como candidatos à presidência e vice-presidência da República. Não houve unanimidade frente liberal por parte dos peemedebistas. A discordância se manifestou através do resultado: Tancredo recebeu 656 votos, enquanto Sarney teve 543. Houve ainda 19 votos em branco e 13 nulos. Compareceram 466 dos 576 convencionais e foram apurados 688 votos (103 a menos que o total da convenção).

A convenção política teve lugar no plenário da Câmara dos Deputados e marcou um ponto alto na história política brasileira. Ao longo do evento, que durou oito horas e meia e começou com o discurso do deputado Ulisses Guimarães às 8h20, seguido do discurso do candidato Tancredo Neves às 15h, prevaleceu um clima de otimismo e união entre o PMDB e a Frente Liberal do PDS.

A dissidência do PDS teve a oportunidade de se posicionar como democrata após a convenção de agosto, que oficializou a candidatura de Tancredo Neves. Como resultado dessa coalizão, a Aliança Democrática foi fundada em 14 de julho de 1984, mostrando a tendência de reintegração política. Embora o movimento de rua em apoio a Tancredo não tenha alcançado a mesma amplitude da campanha das Diretas Já. (NAPOLITANO, 2014, p.328).

A edição do dia 16 de novembro de 1984 trata da posição do Partido dos Trabalhadores, expressa pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em relação às eleições diretas e à postura do governo. Ele destaca a importância de apoiar as eleições diretas em todos os momentos, mas também faz uma crítica à inconsistência do governo, que anteriormente se opunha às eleições diretas e agora parece apoiá-las de forma oportunista. Lula menciona o "casuísmo" do governo ao usar as eleições diretas como uma estratégia para criar confusão ou obter vantagens políticas.

"Acredito," prosseguiu o presidente nacional do PT, que o partido dos trabalhadores tem que continuar a lutar pelas diretas, porque não há por que acreditar que o Governo. Presidente Figueiredo está falando sério quando fala em eleições diretas. Acredito também que caiba ao Partido dos Trabalhadores, aos demais segmentos da sociedade brasileira, pressionar Tancredo Neves para que ele convoque as eleições diretas o mais rápido possível.

A iniciativa, segundo Lula, deve partir do próprio Tancredo,

"mostrando a opinião pública que ele não está disputando o Colégio Eleitoral por interesse próprio, mas com o objetivo único de restabelecer as eleições diretas para o Brasil, o mais rápido possível. Quanto mais rápido ocorrer, melhor para a classe política e para o povo."

Para Lula, o cenário está claro e o governo deve entregar a Tancredo a posse em 15 de março. Lula ainda comenta: "Acho que o presidente Tancredo - pelos números da imprensa, ele já pode ser considerado o presidente da República - deve convocar as eleições diretas, podendo ele próprio também concorrer, garantindo que todo cidadão brasileiro também o possa."

Ao analisarmos as declarações de Lula da Silva, podemos observar uma posição crítica e cautelosa do PT em relação à transição democrática. Lula disse que o governo militar era inconsistente e oportunista, e que o PT estava comprometido com as eleições diretas como um método essencial para democratizar o Brasil. Em seu discurso, Lula tentou garantir que a transição para a democracia fosse um retorno real ao poder popular, ao pressionar Tancredo Neves para realizar eleições diretas.

A edição "Maluf afirma ter sido sempre pró-diretas", publicada no dia 2 de dezembro de 1984, discute a posição política do deputado Paulo Maluf em relação às eleições diretas e sua relação com Tancredo Neves. Maluf continuou desafiando Tancredo a assumir um compromisso público de convocar eleições diretas imediatamente após sua posse como presidente da República. Além disso, ele confirmou um discurso que seria feito posteriormente na tribuna da Câmara, mas não disse o que seria o discurso. Durante o encontro mencionado, Tancredo não escondeu sua irritação pela falta de divulgação de suas conferências em entidades importantes, bem como pela recusa de Tancredo em aceitar um convite para um debate público na televisão. (*A TRIBUNA*, 1984, p. 3)

"Não vi na Globo nem na TV Manchete o desafio que fiz a Tancredo Neves. Quero reiterar o desafio público. Proponho encontrar-me com ele e assumir compromisso em cartório de que quem vencer no Colégio Eleitoral, convoca diretas já para legitimar o mandato." Paulo Maluf, a proposta de plebiscito de Tancredo é hipocrisia porque o plebiscito é a eleição do eu sozinho, tipo de pleito dos regimes comunistas. Quando lhe perguntaram por que está ao lado de Leonel Brizola e Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 25 de abril, votou a favor das diretas, e contra a Emenda Dante Oliveira, tentou explicar: "Eles têm sido coerentes. Lula sempre defendeu as diretas. Brizola sempre defendeu as diretas em 1986. Eu sempre disse que seria candidato pelas diretas, indiretas ou pelo parlamentarismo. É possível que as bancadas do PDS, PDT e PT votem pelas diretas já; depois, cada partido terá seu candidato."

Além disso, Maluf afirmou que no dia 25 de abril de 1984, José Sarney e outros indivíduos que promoveram a causa das diretas lhe forneceram aconselhamento inadequado. O partido tomou essa decisão. Naquele momento, o PDS era o PDS das indiretas, apoiado por Sarney, Antônio Carlos Magalhães, Armando Falcão e Marco Maciel, que eram todos patronos das indiretas. O PDS de Paulo Maluf é o PDS que opera diretamente. Acrescentou

Maluf: "Eu serei eleito pelo Colégio e assumo o compromisso de convocar diretas já para que o povo possa escolher seus governantes." Apesar de provocado pelos repórteres, o candidato não criticou o ministro do Planejamento, Delfim Neto, nem aceitou a declaração de que ele está apoiando Tancredo Neves.

Ao examinar a figura de Maluf, de acordo com o livro *De Castelo a Tancredo*, seus apoiadores elogiaram suas famosas habilidades organizacionais e sua excepcional memória. As medidas enérgicas que tomou como governador contra sindicatos, estudantes e manifestações públicas de protesto eram precisamente o que, para os conservadores, estava em falta no nível federal. Maluf foi visto como uma ameaça à democracia em desenvolvimento pela maioria da esquerda, bem como por alguns membros do PDS. Por exemplo, em agosto de 1984, o ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães disse que Maluf era o homem mais odiado do Brasil e que não podia andar um quarteirão sem correr risco de vida. (SKIDMORE, 2004, p. 477).

No dia 16 de janeiro de 1985 Tancredo Neves, presidente eleito, prometeu que esta seria "a última eleição indireta no país" e justificou a ida ao Colégio Eleitoral como a única maneira de extingui-lo definitivamente. Além disso, Tancredo enfatizou o papel que os poderes Legislativo e Judiciário, a Igreja, a imprensa, o público em geral e a sociedade civil como um todo desempenharam no processo de transição por meio de suas instituições, como a OAB, a ABI e sindicatos patronais e de empregados. Ele destacou especialmente o papel das Forças Armadas na decisão de não participar do processo político, "respeitando os seus desdobramentos até a mudança de poder", bem como do presidente Figueiredo, que, continuando com a revogação dos atos institucionais, ajudou com a anistia política, a devolução da liberdade de imprensa, as eleições de 82 e outros processos políticos. (*TRIBUNA*, 1984, p. 1)

"Venho para realizar urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas indispensáveis ao bem-estar do povo". Essas palavras foram ditas pelo candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, momentos após ser eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, com a esmagadora votação de 480 contra 180 votos conferidos ao seu adversário, deputado Paulo Maluf.

Tancredo declarou que aplicaria uma política de conciliação para a restauração democrática, enfatizando que não visa a conciliação entre as elites e que defende a liberdade total dos trabalhadores para voltar à vida política. A vitória de Tancredo foi comemorada em muitas partes do país com festas que incluíam rojões, bebida gratuita, rodas de samba e bandas de música, até mesmo em cidades que costumavam apoiar Paulo Maluf, como

Florianópolis e Porto Alegre. A celebração em São Paulo se concentrou na Praça da Sé, local onde grande público se reuniu diante de movimentos das diretas.

Com a eleição de Tancredo Neves, o Brasil teria seu primeiro presidente civil desde 64. Durante a campanha convergiram para Tancredo de todos os lados extraordinárias demonstrações de apoio. Thomas Skidmore (SKIDMORE, 2004, p. 4728) em seu livro relata como Tancredo se apresentava,

de baixa estatura, cauteloso, de fala suave e persuasiva, conciliador, político na acepção tradicional, o presidente eleito era visto pelos brasileiros como um novo Moisés, com a missão de conduzir o país do deserto da desesperança para uma nova Canaa. Cada brasileiro via em Tancredo a encarnação de suas aspirações.

Embora Tancredo tenha falecido antes de assumir a presidência, sua influência na história brasileira foi significativa. Ele abriu caminho para a democracia e abriu as portas para uma Nova República, se tornando um símbolo da transição democrática, além de um líder político.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante meses de imersão na hemeroteca digital do jornal *A Tribuna*, mergulhei em uma jornada pela história em busca de compreender os reflexos das Diretas Já no Brasil. Essa pesquisa, meticulosamente conduzida ao longo do estudo dos meses de novembro a abril, revelou nuances fascinantes e desafios marcantes. Ao olhar para cada página e editorial, descobri que os temas que compuseram uma época importante da luta pela democracia eram cada vez mais semelhantes uns aos outros. A tarefa foi minuciosa e às vezes difícil, especialmente devido à quantidade de edições ilegíveis de março no site.

No primeiro capítulo, foi traçado um panorama dos meses de novembro e dezembro de 1983, evidenciando a forma como *A Tribuna* se constituiu e se posicionou no movimento. Demonstramos como o periódico se articulava não apenas com o campo jornalístico, mas também com outros setores sociais, como o econômico e o político. Esta inserção foi crucial para entender o papel do jornal na disseminação de ideias e na mobilização da opinião pública.

No segundo capítulo, intitulado “VAMOS PARA FRENTE E PARA O TRIUNFO!”, o foco foi entender o posicionamento do jornal, destacando seu apoio através de elementos como a charge “Diretas... Plante essa ideia”. A análise demonstrou que o jornal não apenas reportava os acontecimentos, mas também se envolvia ativamente no movimento, adotando um posicionamento político-ideológico favorável às eleições diretas.

O terceiro capítulo buscou analisar o comportamento de *A Tribuna* à medida que a campanha pelas Diretas Já ganhava intensificação nas ruas. Neste contexto de crescente instabilidade e incerteza política, demonstramos como o jornal refletiu e reagiu às pressões populares, ajustando seu discurso e seu posicionamento de acordo com a evolução dos eventos. A cobertura jornalística de *A Tribuna* não só acompanhou o fervor das ruas, mas também procurou moldar a percepção pública sobre a importância das diretas.

No último capítulo, procurei relatar a transição após a derrota da Emenda Dante de Oliveira e como *A Tribuna* se posicionou durante a transição para a Nova República. Este período de transformação política foi marcado por uma reconfiguração do discurso do jornal, que passou a focar na nova realidade política e nos desafios que surgiram.

A análise da cobertura das Diretas Já no jornal *A Tribuna*, forneceu informações úteis sobre o papel da mídia na propagação e influência de políticos significativos. A revisão das versões escolhidas mostrou uma ampla gama de pontos de vista e abordagens, refletindo a complexidade da discussão envolvendo as eleições diretas para a Presidência da República.

Além disso, a análise ajudou a entender como o jornalismo da época abordava questões políticas importantes para o país, enfatizando eventos, discursos de líderes políticos e reações populares. Precisamos dessa contextualização para entender o papel da imprensa e as dinâmicas sociais e políticas daquele período. Ao revisar os números do jornal *A Tribuna*, ficou claro o tamanho e a intensidade do debate público sobre as eleições diretas. Isso demonstrou a mobilização popular, os planos dos líderes políticos e o impacto dos meios de comunicação na formação da opinião pública.

Uma consideração significativa foi a capacidade da mídia de mediar a discussão pública. O jornal *A Tribuna* contribuiu significativamente para a disseminação de informações sobre as Diretas Já, promovendo debates e moldando a opinião pública. O jornal influenciou as opiniões e o engajamento público através de reportagens, entrevistas e editoriais, aumentando tanto o alcance quanto a intensidade do movimento democrático.

A revisão da cobertura das Diretas Já publicada pelo jornal *A Tribuna* fornece perspectivas e pensamentos significativos sobre o papel da mídia, a diversidade de vozes e a contextualização histórica desse movimento político. A análise de textos ajudou a entender como a mídia influenciou as opiniões dos leitores, disseminando informações e fornecendo diferentes perspectivas.

Concluindo, em novembro e dezembro de 1983, o jornal *A Tribuna* teve uma atitude mais cautelosa em relação ao movimento Diretas Já. As primeiras publicações abordaram o tema com cautela, refletindo um cenário político incerto. Mas com o início de 1984, o jornal passou a ter uma atitude mais firme e assídua do movimento. As reportagens e editoriais se tornaram mais comuns e incisivos, enfatizando a importância das manifestações populares e a crescente pressão para que as eleições diretas sejam realizadas novamente.

Após ler a extensa cobertura das Diretas Já do jornal *A Tribuna*, não apenas melhorei minha compreensão do período histórico, mas também descobri o papel importante do jornalismo na formação da opinião pública e na condução dos debates políticos do país, contribuindo para moldar o discurso democrático emergente.

Novos estudos interessantes com estudos comparativos e aprofundamentos em outras disciplinas podem surgir a partir da leitura desta pesquisa. Um método de pesquisa promissor seria comparar as edições do *A Tribuna* com os de outros jornais brasileiros de grande circulação, como *O Globo*, *Folha de S.Paulo* e *Estado de S.Paulo*. Essa comparação poderia revelar diferenças e semelhanças nas abordagens editoriais, nas alianças políticas e no efeito sobre os movimentos sociais e a opinião pública.

Além disso, uma pesquisa aprofundada sobre o uso de charges e outros tipos de expressão gráfica na mídia durante crises políticas poderia melhorar nosso entendimento sobre os métodos de comunicação visual e como eles funcionam para mobilizar a população e criar narrativas políticas.

Portanto, este estudo mostrou a contribuição de *A Tribuna* para a campanha pelas Diretas Já. Além disso, abriu as portas para pesquisas futuras que podem aprender mais sobre o papel da imprensa em momentos importantes da história política. Ao examinar essas perspectivas inovadoras, podemos obter uma compreensão mais ampla e detalhada da forma como a mídia, a política e a sociedade se relacionam em vários contextos históricos.

Por fim, o movimento Diretas Já teve um papel importante na restauração da democracia no Brasil. Sua capacidade de mobilizar vários setores da sociedade e expressar de forma clara e vigorosa o desejo popular por mudanças políticas significativas foi fundamental para pressionar o regime militar a iniciar o processo de abertura política. Embora a Emenda Dante de Oliveira não tivesse sido aprovada, o movimento permitiu a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e a promulgação da Constituição em 1988. Assim, o Diretas Já expressou não apenas a vontade do povo, mas também acelerou a transição do Brasil para uma democracia, marcando o fim de mais de vinte anos de ditadura.

**FONTES**

- A Tribuna*. Edição 00229 de 9 de novembro de 1983.
- A Tribuna*. Edição 00240 de 20 de novembro de 1983.
- A Tribuna*. Edição 00241 de 21 de novembro de 1983.
- A Tribuna*. Edição 00248 de 28 de novembro de 1983.
- A Tribuna*. Edição 00256 de 6 de dezembro de 1983.
- A Tribuna*. Edição 00265 de 15 de dezembro de 1983.
- A Tribuna*. Edição 00271 de 21 de dezembro de 1983.
- A Tribuna*. Edição 00272 de 22 de dezembro de 1983.
- A Tribuna*. Edição 00283 de 4 de janeiro de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00293 de 14 de janeiro de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00303 de 24 de janeiro de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00305 de 26 de janeiro de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00321 de 11 de fevereiro de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00327 de 17 de fevereiro de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00351 de 13 de março de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00361 de 23 de março de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00003 de 28 de março de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00022 de 16 de abril de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00023 de 17 de abril de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00030 de 24 de abril de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00031 de 25 de abril de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00033 de 27 de abril de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00140 de 13 de agosto de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00251 de 2 de dezembro de 1984.
- A Tribuna*. Edição 00294 de 16 de janeiro de 1985.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO DA SILVA, J. *Presidencialismo e parlamentarismo no Brasil*. p. 21, 1990.
- AGUIAR, Maria. *Imprensa: fonte de estudo para construção e reconstrução da história*, Santa Maria, 2010. Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279234975\\_ARQUIVO\\_artigoimpressaanpuhrs\[1\].pdf](http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimpressaanpuhrs[1].pdf). Acesso em: 7 set. 2023.
- BARATA ZICMAN, R. *História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, n. 4, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 29 out. 2023.
- BARBOSA, Marialva. *Meios de Comunicação no Brasil Pós-30: reflexões em torno da historicidade e do papel da imprensa*. UNIrevista, Vol. 1, n. 3, jul. 2006. ISSN 1909-4651.
- BARROS, J. D. *História política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário*. Revista Escritas, n. 1, 2015.
- BARROS, J. D. *História política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político*. Educere et Educare, v. 4, n. 7, p. 147-162, 2009. DOI: 10.17648/educare.v4i7.1739. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1739>. Acesso em: 29 out. 2023.
- BENZONI, Girolamo “Milanese”. *La História del Mondo Nuovo*. Veneza, 1565; 2ª ed., Milão, Giordano Editore, 1572.
- COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.). *A censura em debate*. ECA/SP, São Paulo, 2014.
- DE LUCA, Tania Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Diretas Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil (v.3): Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 409-428.

DELGADO, Lucília. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007. *A Campanha das Diretas Já: narrativas e memórias*, 2007.

FICO, Carlos. *Prezada Censura: cartas ao regime militar*. Topoi, Rio De Janeiro, 2002, p. 251-286. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00251.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.

GREENHALGH, Raphael. *Repressão e resistência: a grande imprensa em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985)*. Revista Observatório, Palmas, volume 6, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/11090/17897>. Acesso em: 3 nov. 2022.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

MINISTÉRIO da Justiça e Segurança Pública. *Serviço Nacional de Informações – SNI*. Atualizado em outubro de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni>. Acesso em: 1 nov. 2022.

MUNIZ, Maria. Diretas já, 25 anos. *Mobilização popular, conciliação e os sentidos da redemocratização à luz da imprensa brasileira*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires, Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. *Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população*. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 29, n. 5, 1995.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

PIRES, Elaine. *Imprensa, Ditadura e Democracia: A construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)*. São Paulo, 2022.

QUERINO, Régis. Jornal *A Tribuna que faz 128 anos neste sábado, é um dos mais antigos em circulação*. A Tribuna, 2022. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/cidades/geral/jornal-a-tribuna-que-faz-128-anos-neste-sabado-e-um-dos-dez-mais-antigos-em-circulacao>. Acesso em: 1 nov. 2022.

SARTORI, T. (Ed.). *Com tradição, marca forte e rica história, A Tribuna completa 129 anos*. Disponível em: <https://www.atribuna.com.br/cidades/geral/com-tradicao-marca-forte-e-rica-historia-a-tribuna-completa-129-anos>. Acesso em: 6 abr. 2024.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 - 1985)*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

